

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COMO ESTRATÉGIA DE EXTENSÃO EM SAÚDE: OFICINA DE VIVÊNCIAS E POTÊNCIAS

Alcindo Antônio Ferla;
Renata Flores Trepte;
Bruna Saraiva Santos;
Alessandra Xavier Bueno;
Gabriel Calazans Baptista;
Leonardo Tonelli.

O movimento científico e político que culminou na criação do SUS pela Constituição de 1988 temperou à brasileira a reforma italiana dos anos 1970, encampada por movimentos populares, sindicatos e partidos de esquerda. Naquela década, intelectuais italianos como Giovanni Berlinguer defendiam transformações contínuas e amplas para melhorar a qualidade de vida das pessoas. No Brasil, um grande movimento de luta desemboca nos primeiros esboços de um texto constitucional que reconheceria a saúde como direito de todos. A medicina social italiana foi bandeira nesta batalha, mas o conceito de saúde não deixou de ser pensado e retrabalhado pela América Latina, que produziu a noção de Saúde Coletiva. O referencial teórico surge da medicina social italiana, mas o Brasil faz síntese com a corrente francesa, a qual não vinha por dentro da saúde, e sim pela filosofia. A reformulação crítica, que assinala as regulações culturais e políticas que fabricam historicamente a saúde, volta agora alimenta o interesse italiano, que se expressa nesta cooperação, já que a medicina social não basta para, por exemplo, colocar em crise o próprio estatuto “doença”. O Laboratório Ítalo-brasileiro de Formação, Pesquisa e Práticas em Saúde Coletiva, engloba UFRGS, a *Università di Bologna* e estendeu-se à agência sanitária da Emilia-Romana “O encontro com o Brasil disparou uma série de potências afetivas-intelectuais que dão uma força e um entusiasmo incríveis. Tudo se faz com grande facilidade porque há uma base forte”, diz Augusta Nicoli, da coordenação italiana. A cooperação tem permitido recuperar o vigor intelectual da reforma sanitária italiana, bem como aproximar serviço de saúde e universidade. De acordo com o vice-reitor da UFRGS, Rui Vicente Oppermann, esta experiência mostra como a extensão em rede pode produzir o novo: “Fui testemunha da importância da cooperação com Bolonha. Alguém já me questionou: ‘O que a universidade ganha fazendo extensão no exterior?’ Bem, existe um exemplo muito bonito de extensão em que a gente exporta conhecimento e experiências. O próprio reitor da Universidade de Bolonha me disse que precisava da Saúde Coletiva da UFRGS para implementar lá a Saúde Coletiva. A rede não tem uma via só”. As fronteiras transnacionais representam um desafio às políticas públicas e aos nossos modos de compreender a organização da vida. Os conceitos de estado e território são construção datada e não suprem a necessidade de analisar fenômenos na saúde. Um conceito ampliado de saúde, que redimensiona as respostas às demandas e necessidades das pessoas, dá outra dimensão aos fenômenos dos fluxos internacionais. As diferenças culturais, de configuração de sistemas e serviços, mas, sobretudo, o reconhecimento que direitos humanos são atributos das pessoas e coletividades, e não concessão, constituem desafio e, também, uma oportunidade singular: a compreensão dessas diferenças é insumo para pensar políticas mais generosas, para produzir conhecimento mais útil e mais oportuno e para organizar modelagens de trabalho mais inclusivas. A diferença é mobilizadora. Esse não é apenas um desafio da universidade, é também um desafio para a democracia contemporânea. Esta oficina compartilhará relatos intensivos de vivência e potência na cooperação internacional em Saúde.

Descritores: Cooperação Internacional; Saúde Coletiva;